

O *Bonus Civis cum Humanitatis*: um Projeto Pedagógico para o Principado Romano

Prof. Dr. Marcos Luis Ehrhardt¹

Resumo: Este trabalho objetiva demonstrar a existência de um projeto pedagógico contido nas obras de Lucius Seneca. Para tanto, ele propõe reflexões e ações que vão ao encontro à tentativa de educar o cidadão romano no primeiro século da era cristã. O binômio virtude/vício perpassa grande parte de sua proposta educacional.

Palavras-chaves: educação, Roma, Sêneca.

Abstract: This paper aims to demonstrate the existence of a pedagogical project in the writings of Lucius Seneca. In this regard, he proposes reflections and actions towards the attempt to educate the Roman citizen in the first century of the Christian Age. The virtue/vice binomial spans great part of his educational proposal.

Key-words: education, Rome, Seneca.

Ao longo dos escritos de Sêneca encontramos propostas de ensinamentos morais e políticos tanto aos governantes, quanto aos concidadãos, pois, para o autor, o cimento do principado estava centrado na boa relação que se estabelecia entre o príncipe e os seus comandados. Como um homem que dialogara de forma estreita com o seu tempo, as questões em torno da vida política foram objeto das suas preocupações. Ele visou educar a população ou, pelo menos, aqueles que pudessem ser atingidos com o resultado das suas reflexões, no intuito de facilitar a vida do príncipe e a sua administração. Tal perspectiva aparece, de forma clara, no texto endereçado a Nero, o *De Clementia*, espécie de programa de governo e texto legitimador da sua administração.

O principado nasceu como uma resposta aos problemas decorrentes das crises e das guerras civis deflagradas no final do primeiro século antes de Cristo, onde se assistiu a uma degradação das instituições republicanas. Augusto quis criar um regime com legitimidade jurídica e administrativa, e conseguiu, pois o seu governo lançou as bases para dar sustentação aos seus sucessores. Só isso não era, porém, suficiente, pois há campos em que esta legitimidade não mostra o efeito desejado. Há domínios em que as competências jurídicas não são determinadas de forma clara. Esses domínios, que não são todos de um estatuto jurídico e não são apenas de caráter político, passam pela esfera da ética, da moral, tanto no campo público quanto no campo privado. Nesse sentido se entende por que Sêneca e outros autores, muitos seus contemporâneos, elegem determinados objetos para as suas reflexões.

¹ Professor Adjunto A do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR

É notória a constatação, nas reflexões do autor, do desgaste tanto político quanto moral do principado romano no primeiro século da era cristã. Percebemos constantemente um desencanto por parte de Sêneca quando ele se debruça para tentar entender o que está acontecendo na sua época.

Neste sentido, procuraremos demonstrar que Sêneca escreve a um público amplo, ou pelo menos almeja que assim seja. As suas incursões objetivam atingir a todos. Muito provavelmente os seus leitores mais assíduos eram os seus pares da aristocracia senatorial. Ainda assim, atingia um dos seus anseios: ser reconhecido por esses pares; referendar o regime que praticamente teve nas suas mãos e deixar modelos nas mais variadas áreas para as gerações que viriam depois dele. O homem sofre, portanto precisa buscar a felicidade para viver em sociedade.

Lucius Seneca detectou o mal-estar da sua época e, a partir dos seus escritos, tencionou impedir o desmoroamento moral da sociedade romana. Ao mesmo tempo, desejava valorizar os seus escritos e os seus exemplos, ou seja, valorizar a sua grandeza de homem público e de pensador. A saída estava no estudo, filosófico prioritariamente, nos seus exemplos, como dissemos, mas também nos de outros grandes pensadores da Antiguidade, buscados através de grande esforço e de um “educar-se a si próprio” diários. Disse ele em carta a Lucílio: “[...] não se deixe guiar por um ambiente aliciado de concessões a volúpia” (SENECA, Ep. 18, 3-4)

Sêneca mostrou-se um homem atormentado com a realidade que o cercava. Não é sem razão a recorrência a temas tão caros à condição humana: a fraqueza do homem, a presença dos vícios, a busca por uma vida virtuosa, o educar-se a si próprio. A sua pena se prestou como um suporte para a análise política e moral de todo mundo romano e, por que não dizer, não romano, pois as suas reflexões trazem sempre elementos de universalidade. A prosperidade que leva ao excesso de luxo, de requintes, de exageros à mesa, é característica da decadência de costumes de uma época. Para ele, Roma provara dessa degeneração já há muito tempo. Desde o seu exílio na Córsega em 41 d.C., Sêneca fez duras críticas aos maus hábitos dos homens, diretamente aos seus concidadãos romanos. Assim, podemos dizer que ele criticou o próprio modelo de civilização existente no seu tempo.

Assim, que Sêneca escreve para os seus comandados, a eles se referindo como exemplos a serem seguidos ou como contra-exemplos a serem abandonados, isso logo se percebe. Ele propõe uma postura ideal para se atingir a felicidade e a busca por uma vida harmoniosa. Por tanto, é possível forjar um modelo de “cidadão senequiano” e quais são os elementos presentes na formulação desse modelo. Pretendemos uma análise que leve em consideração o contexto em que Sêneca vive e escreve, pois também vai nos permitir discutir as abrangências e as limitações de ação do cidadão romano.

Para entender melhor a formação desse cidadão é preciso ter em mente que os primeiros séculos de desenvolvimento da civilização romana se mostram de forma mais ou menos independente, pois inicialmente a influência grega é pouco sentida. Em comparação com os gregos, voltados a uma educação cidadina e aristocrática, percebe-se no mundo romano uma educação mais rudimentar, voltada ao âmbito rural.

Jean-Noel Robert nos diz: “Em sua origem, o romano é um soldado e um camponês. Trabalho obstinado, frugalidade e austeridade constituíam as três principais regras de vida desses homens” (NOEL, 1995, p.17). Tal referência não é meramente gratuita, pois a terra assumirá um lugar capital na exploração econômica de Roma e da Itália como um todo. As consequências dessa escolha irão intervir em diversos aspectos da sua história; questões políticas, já nos primórdios da República, são questões vinculadas à terra. Para Maria Helena da Rocha Pereira, “estas tradições rústicas que, como notou Claude Nicolet, tão bem se coadunavam com a doutrina estoica, vão perseverar e, sobretudo, ganhar novo alento na época de Augusto” (PEREIRA, 1989, p. 351).

Há, portanto, muitos fatores e critérios não menos importantes que definem a inclusão de determinados cidadãos em um círculo privilegiado que é a aristocracia romana. Uma origem ilustre e o prestígio social dela advinda eram fundamentais; destacaríamos ainda a vinculação a uma região importante e, um aspecto pertinente à nossa problemática, uma boa educação que reflete grande capacidade pessoal para exercer algum cargo na magistratura.

Ser cidadão é o elemento aglutinador na Antiguidade clássica e no principado romano do primeiro século da era cristã. Para Claude Nicolet:

Os romanos, tanto durante a República, como durante o Império, são cidadãos. Humildes ou poderosos, governados por assembleias, por magistrados eleitos anualmente e por um senado, ou por um príncipe vitalício (ao lado do qual, aliás, continuam a existir as antigas instituições), nenhuma hesitação é possível: cada romano é um cidadão, e todo aquele que possua ou adquira o “direito de cidadania”, a “cidadania” romana, é automaticamente romano. (NICOLET, 1992, p. 22)

Para Nicolet, a cidadania não é apenas um modo de vida ou um ofício, mas será sempre um estatuto jurídico, porém, como bem lembra a autora, “[...] igualdade perante a lei não significa, naturalmente, que todos têm exatamente a mesma posição e os mesmos direitos: há diferenças inevitáveis, devido à natureza ou ao patrimônio; a cidade, comunidade de direito, adapta-se muito bem a isso” (NICOLET, 1992, p. 24).

Nessa linha interpretativa, Paul Veyne afirma: “Os nobres romanos tinham um senso agudo da autoridade e da majestade de seu Império, mas o que chamamos de senso de Estado ou serviço público era-lhes desconhecido. [...] As funções públicas eram tratadas como dignidades privadas e o acesso a tais dignidades passava por um elo de fidelidade privada” (VEYNE, 1992, p. 103), ou, ainda segundo Henri-Irénée Marrou, “A cultura romana permanecerá sempre uma cultura aristocrática: ao velho patriciado sucede uma nova nobilitas não menos preocupada em ilustrar suas tradições de família”. (MARROU, 1990, p. 384).

Assistia-se, ao final do regime republicano, a um progresso de um pensamento cada vez mais engajado e direcionado aos interesses da cidade romana e, atrelada a isso, aos interesses da “pátria romana”. Assim como fizeram aqueles que pertenciam ao círculo de Augusto, referendando e fortalecendo o novo regime, Sêneca acompanha tal linha de pensamento e ação. O novo cenário, que ora se apresentava, exigia a presença de príncipes e de súditos preparados para um novo viver e, portanto, careciam de uma formação sólida e eficaz que atendesse aos novos interesses de uma verdadeira *cosmopolis*.

Pierre Grimal, em estudo sobre Virgílio e acerca dessa problemática enfrentada a partir do primeiro século da era cristã, afirma que, “[...] se for possível infltir o curso das coisas, isso pode ser feito tão bem ou melhor agindo-se sobre os espíritos, fazendo-os sentir a verdade, do que se coagindo o corpo pela violência e pela guerra, como, até então, a política se limitara a fazer” (GRIMAL, 1992, p. 61).

Retomemos a questão da importância da família e o papel preponderante do *pater família* na educação romana, pois era em casa, inicialmente, que o romano adquiria as virtudes capitais da sua formação. O que essas virtudes representavam pode ser destacado em Cícero: *grauitas*, *pietas* e *simplicitas*: a influência do lar deveria ensinar. Essas virtudes, os romanos pensavam que eram dever da família, estrutura social que contribuiria ou até de quem dependeria o bem-estar da coletividade. *Virtu* é uma palavra latina, porém o seu significado mudou muito ao longo da história romana.

Para Hugh Last, “O pai de família estava numa posição semelhante à de um juiz do que à de um tirano, mas, ainda assim, de um juiz cuja autoridade em fazer valer suas decisões era indiscutível. Esta era a *patria potestas*, que durou por ser boa e, acima de tudo, foi responsável pela disciplina que moldou o povo romano” (LAST, 1992, p. 237). Nota-se, portanto, a dedicação dos romanos aos deveres, quer seja, a importância destacada aos *mos maiorum*.

Constataram-se as abrangências e limitações do “ser cidadão na sociedade romana”, e, portanto, havia campos onde as ações do príncipe e as ações do Senado não eram amplamente sentidas. Literatos, filósofos denunciavam os excessos cometidos no período do nosso interesse. Muitos autores romanos desprezaram a “especulação abstrata” e a ênfase das suas preocupações recaiu, então, nos “modos de vida” das pessoas. Visualizava-se, assim, uma preferência acentuada pelos problemas éticos e morais.

Vícios e virtudes: a formulação de um modelo de cidadão senequiano

“Nunca é inútil a atividade do bom cidadão: ele é ouvido e visto” (Sêneca - *Ad Serenum de Tranquillitate Animi* - IV,1,6).

“Aprender as virtudes equivale a desaprender os vícios”. Sêneca

Muitos dos autores que escreveram no primeiro século da era cristã, inclusive Sêneca, estavam vinculados ou ao epicurismo ou ao estoicismo; se não, então nutriam alguma simpatia por uma dessas correntes filosóficas. Alguns deles, ocupantes de cargos públicos, levantaram a voz para opinar acerca da conduta dos habitantes do Império Romano e se utilizaram da sua posição social para intervir no cotidiano da sociedade. Havia, ainda, autores que não ocuparam cargos, porém percebem-se, nos seus escritos, preocupações de ordem moral e ética nos assuntos de ordem familiar. Segundo Veyne, “[...] sendo o casamento um dever cívico e uma vantagem patrimonial, tudo o que a velha moral exigia dos esposos era que executassem uma tarefa definida: ter filhos, cuidar da casa [...] ser bom vizinho, anfitrião, amável, meigo com a mulher e clemente com o escravo, diz o moralista Horácio” (VEYNE, 1992, p. 52). Nessa mesma linha de pensamento, Sêneca e Plínio por vezes se filiam, pois, como diz Veyne, no qual o ideal do casal torna-se um dever. A vida conjugal é tratada em um tom virtuoso e exemplar.

É claro que nem todos os autores escreveram textos que podem ser classificados como uma “literatura moralizante”, porém e apesar disso, a confluência é por detectar e denunciar uma época de excessos. Uma breve incursão na produção de alguns autores nos permite afirmar essa convergência em temas como a ética e a moral; ambas vinculadas tanto às questões familiares quanto às questões públicas. Essa convergência comum de temas aparece em autores que viveram no primeiro século ou que o elegeram como objeto das suas reflexões.

Discutir virtudes e vícios nessa época, não apenas em Sêneca, como também em outros autores, apresenta-se complexo e paradoxal, pois a fronteira entre virtude e vício mostra-se tênue e a hierarquização deles mesmos varia de autor para autor e de época para época.

Maria Helena da Rocha Pereira afirma que *virtus* é um dos conceitos mais complexos a ser analisado, pois este compreende elementos da cultura grega, bem como elementos da cultura romana. Quando se assiste Augusto fixar as virtudes em Roma, percebe-se que a *virtus* era sentida e valorizada como um valor fundamentalmente romano. Para a autora: “encontra-se na palavra *virtus*, *virtutis* o

sufixo *-tut-*, que indica estado, e que é o mesmo que serviu para formar *senectus* (velhice) e *inventus* (juventude) [...] é ‘ser homem’ no sentido de ‘ser homem virtuoso’”.(PEREIRA, 1989: 400).

Paul Veyne, estudioso da Antiguidade greco-latina, afirma:

[...] em Roma, as mentes estavam impregnadas de uma doutrina de senso comum que condenava como pervertido e decadente o mundo tal como se encontrava; considerava-se que a moralidade consistia menos em amar a virtude ou em habituar-se a ela do que em ter a energia de resistir aos vícios; a base do indivíduo era, pois, uma força de resistência. Teoricamente a educação tinha por objetivo temperar o caráter a tempo para que os indivíduos pudessem resistir, depois de adultos, ao micróbio do luxo e da decadência, que, devido ao vício dos tempos atuais, está em toda a parte. (VEYNE, 1992, p. 29).

Veyne se refere a uma preocupação constante nos discursos proferidos no fórum, mas também como um tema recorrente na literatura moralizante do primeiro e segundo séculos da era cristã. Durante o período republicano, Roma ainda não possuía efetivamente uma política escolar consolidada. Só com o advento do Império é que se assiste a um avanço nessa área com fortes e claras influências gregas e helenísticas.

A prática das virtudes para os romanos esteve atrelada a uma educação moral. Para Henri-Irénée Marrou, “[...] se procurarmos agora definir o conteúdo desta antiga educação, perceberemos, no primeiro plano, uma idéia moral: o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida” (MARROU, 1989, p. 365). Essa educação é essencialmente paterna. Para Marrou,

[...] a partir dos sete anos, a criança, como na Grécia, escapava à direção exclusiva das mulheres, mas em Roma era para passar sob a do pai, nada é mais característico da pedagogia romana: o pai é considerado como o verdadeiro educador; mais tarde, quando existirem mestres, a ação destes será sempre considerada como mais ou menos assimilável à influência paterna. (MARROU, 1990, p. 362).

A educação romana se mostra mais cívica e religiosa do que a educação grega, pois o “patriotismo” romano pode corroborar essa afirmação, na medida em que o sucesso da empreitada imperial está atrelado a uma submissão aos deuses e à sua vontade. Assim, essa educação romana é de orientação prática, pois a formação moral e ética do cidadão não está separada da vida cotidiana e de suas responsabilidades.

Muitos são os autores nesse período que atribuem uma estreita ligação entre vida pública e vida privada. Essa imbricação entre a vida pública e a vida privada aparece inclusive nos ensinamentos do estoicismo, citado por Sêneca em uma passagem da Carta 94:

[...] aquela parte da filosofia que proporciona os conselhos adequados a cada indivíduo e se destina, portanto, não à formação do homem em geral, mas, sim, por exemplo, a indicar ao marido como comportar-se em relação à mulher, ao pai como educar os filhos, ao senhor como dirigir os escravos; houve filósofos que a aceitaram como única e exclusiva, pondo de lado todas as outras partes a pretexto de que elas não oferecem qualquer utilidade prática. Como se fosse possível alguém ministrar preceitos sobre uma questão particular sem ter em vista toda a complexidade da vida humana. (SENECA. Ep. 94-1).

O trecho revela a compreensão do filósofo da necessidade de articulação entre as diferentes esferas sociais da sociedade romana. São preceitos válidos para vários contextos, e podemos concluir pela função normatizadora de comportamento que esta afirmação carrega.

O bom cidadão, responsável pelos destinos da *civitas*, deveria ser também exemplo de pai e de marido devoto no interior da casa. Sêneca diz que um casamento, para ser sólido, deveria ser como uma amizade verdadeira.

Para Henri-Irénée Marrou, acerca da obra educacional de Roma:

[...] uma comunidade julga-se segundo os valores nos quais comungam seus membros: o ideal de Roma imperial não está limitado aos valores propriamente políticos: a justiça, a ordem e a paz não constituem, a seus olhos, um fim: são apenas meios que permitem aos homens viverem em segurança, em abundância, no lazer, ou seja, na felicidade, esta felicidade que, aos olhos de todos os pensadores helenísticos, representava o supremo valor, a razão de viver da humanidade. (MARROU, 1990, p. 448).

Sêneca, em trecho do tratado filosófico *De Ira*, destaca o papel da educação, que, para o cidadão romano, deve estar em primeiro plano: “A educação exige especial cuidado, e seus frutos se recolhem no futuro, é difícil extirpar os vícios que cresceram conosco” (SENECA, 1952, p. 431).

Nas famílias mais abastadas, as crianças e os jovens eram educados em consonância aos *mos maiorum*, ou seja, um respeito às tradições, aos antepassados e à própria família. Era, portanto, no âmbito doméstico que a primeira fase da educação cumpria o seu papel. Segundo Pierre Grimal, “A vida privada é uma causa entre todas as causas que atuam sobre a psicologia de um povo. E isso não o ignoravam os próprios romanos” (GRIMAL, 1981, p. 13). Nesse sentido, a educação romana mostra-se com um grande sentido pragmático, pois as orientações estão voltadas e atreladas para a vida cotidiana, com os seus deveres e as suas responsabilidades.

A virtude poderia e deveria ser aplicada em todos os campos da vida do homem romano. Qual o sentido e qual a função da virtude no projeto senequiano? Assevera o pensador estoico: “manter a salvo das investidas da fortuna; controlar a prosperidade; aliviar a adversidade e menosprezar aquilo que os homens comuns, ou mortais, mais admiram” (SENECA, Ep. 39,3). Mais uma vez aparece a distinção que Sêneca faz entre a multidão e o homem preparado para orientar o vulgo na busca por um caminho virtuoso.

Para o pensador estoico, a *virtu* abarca dois aspectos: a contemplação do que é verdadeiro e a ação. A contemplação é alcançada pelo estudo e pela reflexão, e, a partir daí, a ação confirma o que se aprendeu na contemplação e no estudo. Assim, a virtude é coroada por uma ação justa e, para saber, o que é justo, era preciso saber o que era a *virtu*, que, para Sêneca, é a única coisa imortal concedida aos mortais.

Havia espaços em Roma onde a educação formal não atingia os objetivos ou não os alcançava. Assim, grande parte da filosofia que se praticava nos primeiros séculos da era cristã era extremamente pragmática, ou seja, voltada ao cotidiano do homem romano. Uma educação filosófica contribuiria para discernir o certo do errado, ou seja, a virtude do vício, pois “[...] o esbanjamento pode ser confundido com generosidade, a indiferença pode passar por amabilidade e a inconsciência pela coragem” (SENECA, Ep.120,8). É preciso ainda considerar que, para Sêneca, a virtude é coisa simples de perceber; ao contrário, o vício se mostra mais difícil de ser classificado, detectado, pois este se mostra sob vários aspectos e sempre mais

numerosos. Podemos afirmar, a partir disso, que, para Sêneca, a educação tem função primordial na preparação do homem que busca uma vida na retidão.

Entendemos que Sêneca utiliza de uma metodologia para atingir os seus objetivos, quer seja, educar todos os homens do principado romano. Para tanto, utiliza-se dos *exempla* e da *historia magistra vitae*.

Os *exempla* não são uma exclusividade senequiana, mas foi um recurso da tradição retórica clássica que estava presente em diversos gêneros literários amplamente utilizados ao longo de toda a Antiguidade por autores das mais variadas formações e de diferentes influências. A intenção era demonstrar, através de exemplos, as ações, os pensamentos e, claro, os exemplos de homens considerados especiais ou até excepcionais. Retirava-se da história passada o cabedal necessário a demonstrar a eficácia de determinado exemplo. O referido exemplo, quando considerado modelar, deveria ser amplamente apreendido pelo leitor, ou melhor, por uma gama, a maior possível de leitores; porém, quando o exemplo mostrava-se “negativo” ou de consequências desastrosas, deveria ser apreendido para depois ser imediatamente descartado, quer seja, apresentava-se como um contra-modelo. Para Henri-Irénée Marrou, “[...] praticamente, a educação moral do jovem romano era alimentada por uma escolha de exemplos oferecidos à sua admiração; mas eram tirados da história nacional, e não da poesia heróica; o fato de muitos destes *exempla* serem legendários pouco importa: é como históricos que eram apresentados e revividos” (MARROU, 1990, p. 366). Esses exemplos perpassavam a vida de um romano desde a mais tenra idade. Nos ensinamentos feitos nos primeiros anos de vida dentro de casa pelo pai ou por um preceptor, até a vida adulta nas escolas formais, ou mesmo nos debates filosóficos, um romano ouvia e aprendia constantemente acerca de seus antepassados. Não esqueçamos nunca a importância que o *mos maiorum* sempre teve na vida de um romano. A virtude da *pietas* pedia uma profunda reverência à família, aos antepassados e à pátria. “Roma jamais se libertará completamente do ideal coletivo que consagra o indivíduo ao Estado; jamais consentirá em renunciar a ele, nem mesmo quando a evolução dos costumes dele se distanciar; a ele se reportará sem cessar, nostálgica, esforçar-se-á periodicamente por voltar a ele” (MARROU, 1990, p. 357/8).

Sêneca pronuncia-se com uma intenção normatizadora, pois, a partir dos seus escritos, almeja corrigir as imperfeições e as deturpações de toda uma época, principalmente abusos e excessos cometidos por vários extratos da sociedade romana.

Dentro de um processo bastante eclético, de influências de autores gregos e romanos coevos à sua época, Lucius Sêneca, distante de propor uma “teoria ética”, almejou forjar um “tipo ideal de caráter”, posturas e atitudes para o cidadão. Sêneca detecta um ambiente carregado de vícios e posturas viciantes que cercavam os cidadãos por todos os lados. Insistimos na estreita ligação entre sociedade e vida privada; e Sêneca constata tal relação quando afirma: “[...] é que hoje a loucura não se limita à vida privada, invade igualmente a vida pública. [...] A ganância e a crueldade não conhecem limites” (SENECA, Ep. 95,30).

Para Sêneca a definição do homem feliz está associada àquele que cultiva a honestidade e se sente satisfeito em ser virtuoso, ou que busca uma vida de felicidade plena pelo caminho da virtude, confia à razão a gerência de toda a sua vida.

Assim, é plenamente possível caracterizar um modelo de educação para o cidadão ideal; pois os elementos para esta construção perpassam grande parte da monumental obra senequiana.

Afirmamos, portanto, que um dos grandes projetos pedagógicos, senão o maior do filósofo, foi demonstrar o caminho para a busca de uma vida virtuosa, em

conformidade com a razão, devotada ao bem. Ao longo de seus escritos, Sêneca louvará a *virtu*, e, nesse sentido, tornou-se possível construir um modelo de cidadão virtuoso, quer seja: quais as atitudes a serem tomadas e as posturas a serem buscadas pelo homem na conquista de uma vida plena e feliz. Atingindo-se esse modelo, o homem pode transmiti-lo aos outros, à sua família, bem como para toda a sociedade romana.

Referências bibliográficas:

- BAILEY, Cyril (Org.). **O legado de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- GIARDINA, Andrea (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- GRIMAL, Pierre. **A vida em Roma na Antigüidade**. Portugal: Europa-América, 1981.
- _____. **Virgílio ou o segundo nascimento de Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAST, Hugh. “Administração”. In: BAILEY, Cyril (Org.). **O legado de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MARROU, Henri-Iréné. **História da educação na Antigüidade**. São Paulo: EPU, 1990.
- NICOLET, Claude. “O cidadão e o político”. In: GIARDINA, Andrea (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de história da cultura clássica: Cultura Romana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- ROBERT, Jean-Noel. **Os prazeres em Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SENECA, Lucius Anneus. **Epístolas morales a Lucílio**. Madrid: Gredos, 1994.
- SÉNÉQUE. **Lettres a Lucilius**. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1969.
- _____. Lucius Anneus. **Tratados Morales**. Introducción, versión española y notas por José M. Gallegos Rocafull. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1944.
- _____. **Tratado sobre a clemência**. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *De la Ira*. In: **Tratados filosóficos**. Buenos Aires: Librería el Ateneo Editorial, 1952.
- _____. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- VEYNE, Paul. **A sociedade romana**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. “O Império Romano”. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (Orgs.). **História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (Vol I).

(recebido para publicação em 31-03-09; aceito em 08-04-09)